



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

TEOLOGIA PÚBLICA E RESPONSABILIDADE POLÍTICA¹

Public theology and political responsibility

Heinrich Bedford-Strohm²

Resumo: O texto aponta a necessidade de se saber como as igrejas podem participar do debate público atualmente reclamado por muitos. Espelha-se na Declaração de Barmen da Igreja Confessante, reverenciando a ética e a ação pública da teologia em Dietrich Bonhoeffer. Indica que a teologia pública nasce com a tentativa de oferecer orientação em questões sociais básicas e no discurso numa sociedade pluralista. Descreve a história do termo teologia pública nos Estados Unidos, na Alemanha, na África do Sul e em outras sociedades em transformação como o Brasil. Aponta a Rede Global de Teologia Pública como o principal fórum no qual atuam conjuntamente institutos de todo o mundo na elaboração continuada desta teologia capaz de combinar *um claro perfil teológico* com uma linguagem compreensível para o ambiente público e para discursos seculares. Aponta as pretensões da teologia pública e sua *crítica profética*. Acentua o ecumênico como conexão necessária desta teologia e indica seis características que definem seu conteúdo: perfil bíblico-teológico, discurso em dupla linguagem, interdisciplinaridade, competência para aconselhamento político, qualidade profética e intercontextualidade. Busca em Martim Lutero e Felipe Melanchthon o fundamento válido nestes tempos de globalização para o reconhecimento da força moldadora da fé cristã na política e na economia. Especifica quatro dimensões da teologia pública da igreja: *pastoral, discursiva, de aconselhamento político e profética*, esta irrenunciável, diante de sua fundamentação bíblica. E conclui que o caminho a ser percorrido pela teologia pública vai da cátedra ao púlpito e continua em direção às prefeituras, aos parlamentos, aos centros administrativos.

Palavras-chave: Teologia pública. Responsabilidade social da igreja. Religião e política. Dietrich Bonhoeffer.

■ **Abstract:** The author highlights the need to explore how the churches can participate of public debate, a participation called for by many today. It mirrors itself in the Declaration of Barmen of the Confessing Church, revering the ethics and public action of theology

¹ O artigo foi recebido em 15 de outubro de 2013 e aprovado em 14 de maio de 2014 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*. Tradução de Martin Volkmann.

² Professor e doutor em Teologia. Foi professor titular da Otto-Friedrich-Universität (Bamberg, Baviera, Alemanha) e diretor do Centro de Pesquisa Dietrich Bonhoeffer de Teologia Pública (Bamberg, Baviera, Alemanha). Desde então, é bispo da Igreja Evangélica Luterana na Baviera. Reside em Nürnberg (Baviera, Alemanha). Contato: landesbischof@elkb.de

in Dietrich Bonhoeffer. The author indicates that public theology emerges as an attempt to offer orientation in basic social questions and in discourse in a pluralist society. The text further describes the history of the term public theology in the United States, Germany, South Africa and in other societies in transition, as is the case with Brazil. The Global Network for Public Theology is presented as the main forum in which institutes all over the world act together in the continuous elaboration of such theology capable of combining a *clear theological profile* with a language that is comprehensible to the public environment and to secular discourses. The text also highlights the pretensions of public theology and its *prophetic critique*. Ecumenism is the necessary connection of this theology and the author indicates six features that define its content: a biblical-theological profile, a bilingual discourse, interdisciplinarity, competence for political counseling, prophetic quality and intercontextuality. Martin Luther and Philip Melancthon provide a valid foundation for these times of globalization for the acknowledgment of the Christian faith's power for formation in politics and the economy. Four dimensions of a public theology of the church are specified: *pastoral, discursive, of political counseling and prophetic*, this latter being indispensable in view of the biblical foundation. The text concludes that the path to be followed by public theology goes from the lectern to the pulpit and continues in direction of the mayor's office, parliament, and centers of administration.

Keywords: Public theology. Social responsibility of the church. Religion and politics. Dietrich Bonhoeffer.

No que se refere à relação entre teologia e responsabilidade política, ocorreu, nos últimos decênios, ao menos no âmbito evangélico, mas possivelmente também em outras confissões, uma mudança significativa no modo de pensar. No meu tempo de estudos, nos anos 1980, ainda era uma questão muito controversa se a igreja deveria manifestar-se em relação a problemas políticos ou econômicos. “Concentrem suas atenções na oração, do que vocês entendem alguma coisa, e deixem os negócios em nossas mãos” – nesses termos dá para resumir a postura por trás da crítica a manifestações públicas da igreja. Isso mudou radicalmente. Muitas pessoas na política e na sociedade em geral atualmente esperam que as igrejas participem do debate público. Assim, a questão não é se elas devem participar, mas como elas irão participar.

Em sua forma autocrítica própria, o então ministro da Economia e atual candidato a chanceler pelo Partido Social Democrático Peer Steinbrück, em um artigo na *Süddeutsche Zeitung*, em 18 de julho de 2009, fez uma avaliação da recém-publicada manifestação do Conselho da Igreja Evangélica da Alemanha (EKD) sobre a crise econômica e da encíclica social do papa, editada pouco a seguir.

Para mim, justamente neste momento, é deveras encorajador que as duas grandes igrejas cristãs se posicionaram muito claramente, quase simultaneamente, na semana passada [...] Espero que, com tal clara inserção das igrejas em nossa sociedade, cresça o consenso de que a mesma ideologia que nos conduziu para a crise não tem condições de nos tirar da crise [...] Por isso nós necessitamos de uma comunhão de valores em nosso país que coloca o ser humano e o bem comum no centro do pensar e do agir [...].

A intuição ou clara convicção de que as igrejas – e eu acrescento: comunidades religiosas em geral – podem e devem desempenhar um papel importante em relação à correção de desenvolvimentos sociais errôneos, tais como foram reconhecidos pelas diferentes orientações políticas em conexão com a crise do mercado financeiro, se desenvolveu sensivelmente nos últimos anos.

Na teologia e na igreja, essa convicção já desempenhou papel central após as experiências do amplo fracasso das igrejas durante o Terceiro Reino na Alemanha. Ponto de referência teológica para tal foi, em grande parte, a Declaração Teológica de Barmen da Igreja Confessante, que constatara em 1934:

Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os nossos pecados, assim e também com a mesma seriedade é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio, experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas. Rejeitamos a falsa doutrina de que em nossa existência haveria áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele (Tese 2)³.

Não foi sem motivo que essa citação foi incluída na parte inicial do pronunciamento da EKD, de 2008, em relação ao empresariado. Nesse contexto é dito:

(23) Se a igreja se posiciona em relação a questões de economia, ela precisa estar consciente de que suas manifestações só poderão estar à altura dos múltiplos níveis de contextos econômicos, se orientações éticas básicas e o conjunto de elementos que perfazem a economia são correlacionados efetivamente entre si. Grande exigência moral sem conhecimento suficiente desse conjunto de elementos que perfazem o desenvolvimento da economia leva a recomendações que podem almejar justiça, mas que às vezes causam justamente o contrário. No entanto, a sempre renovada referência a leis próprias da economia também pode ser expressão de incompetência, quando ela é cega diante de questões básicas de orientação que estão atrás de muitas decisões econômicas⁴.

Em torno dessas questões básicas gira o que, nos últimos anos, no âmbito da teologia cada vez mais passou a ser tratado sob o título “teologia pública”.

O que é “teologia pública”?

Teologia pública ocupa-se com as questões básicas de orientação que dizem respeito ao moderno setor público democrático e que, seguidamente, se encontram

³ ALTMANN, Walter. A contemporaneidade do Credo, em onze versões atualizadas. In: _____. (Org.). *Nossa fé e suas razões*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 167-184. p. 170.

⁴ RAT DER EVANGELISCHEN KIRCHE IN DEUTSCHLAND. *Unternehmerisches Handeln in evangelischer Perspektive*. Eine Denkschrift des Rates der EKD. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2008. Disponível em: <http://www.ekd.de/EKD-Texte/unternehmerisches_handeln.html>. Acesso em: 11 set. 2013.

ocultas em meio a decisões políticas concretas. Há, de fato, carência social de orientação, com relevância pública e social, em relação às questões básicas que dizem respeito à pessoa humana. Isso fica evidente em diversos debates em torno desses temas que são realizados no parlamento, em jornais e em mesas redondas. Fazem parte desse conjunto questões bioéticas, bem como o debate em torno de justiça social, a legitimidade ética do uso de energia nuclear ou a questão da legitimidade da violência militar.

Atualmente a igreja faz parte de uma sociedade pluralista com uma multiplicidade de ofertas de orientação. Porém, quando se coloca a pergunta em que âmbito se reflete de fato sobre questões de orientação básica, quando se busca pelas origens que mantêm a integridade da sociedade, nesse momento as igrejas continuam a ter papel central.

Mas para que a igreja possa se posicionar publicamente diante dessas questões a partir de suas próprias tradições com fundamento e com competência, ela necessita de uma teologia pública. Assim, teologia pública é a tentativa de, no intercâmbio interdisciplinar com as demais ciências universitárias e no diálogo crítico com a igreja e a sociedade, oferecer orientação em questões sociais básicas, elaborando, ao mesmo tempo, recursos de comunicação que contribuam para incluir orientações religiosas para o discurso numa sociedade pluralista.

O termo teologia pública, que entretentes está largamente em uso, foi usado pela primeira vez pelo teólogo de Chicago Martin Marty, no início dos anos 1970, e passou a ter destaque especial em conexão com o debate em torno das reflexões de Robert Bellah sobre a “Religião Civil”.⁵ Mais tarde, Ronald Thiemann⁶ e Max Stackhouse⁷ refletiram em torno desse termo nos EUA. Na Alemanha, o termo foi empregado por Wolfgang Huber⁸ e Jürgen Moltmann⁹. O conjunto do debate em torno da teologia pública foi assumido e desenvolvido especial e intensamente no contexto da África do Sul.¹⁰ Mas também em outras sociedades em transformação, como, por exemplo, no Brasil, a teologia pública recebe cada vez mais atenção.¹¹ Entretentes tudo indica que

⁵ Cf. MARTY, Martin E. Two Kinds of Civil Religion. In: RICHEY, Russell E.; JONES, Donald G. (Orgs.). *American Civil Religion*. New York: Harper & Row, 1974. p. 139-157.

⁶ Cf. THIEMANN, Ronald F. *Constructing a Public Theology: The Church in a Pluralistic Culture*. Louisville, Ky.: Westminster/John Knox, 1991.

⁷ Cf. STACKHOUSE, Max L. *Public Theology and Political Economy: Christian Stewardship in Modern Society*. Grand Rapids: Eerdmans, 1987.

⁸ Cf. HUBER, Wolfgang. Vorwort. In: BIRCH, Bruce C.; RASMUSSEN, Larry L. *Bibel und Ethik im christlichen Leben*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1999. p. 9-12. (Öffentliche Theologie v. 1).

⁹ Cf. MOLTSMANN, Jürgen. *Gott im Projekt der modernen Welt: Beiträge zur öffentlichen Relevanz der Theologie*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1997.

¹⁰ Cf. quanto a isso, especialmente SMIT, Dirk J. *Essays in Public Theology*. Stellenbosch: SUN, 2007 e GRÜCHY, John de. From Political to Public Theologies: The Role of Theology in Public Life in South Africa. In: STORRAR, William F.; NORTON, Andrew R. (Orgs.). *Public Theology for the 21st Century: Essays in Honour of Duncan Forrester*. London: T&T Clark, 2004. p. 45-62.

¹¹ Cf. quanto a isso, LIENEMANN-PERRIN, Christine; LIENEMANN, Wolfgang (Orgs.). *Kirche und Öffentlichkeit in Transformationsgesellschaften*. Stuttgart: Kohlhammer, 2006. Com relação ao contexto brasileiro, cf. SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil: Towards a Public Theology Focused on Citizenship*. Eugene, Or.: Wipf & Stock, 2012.

o paradigma da teologia pública promete desempenhar futuramente função central na discussão internacional, em especial entre os países do Sul e do Norte.¹²

Em 2007 foi criado, em Princeton, o *Global Network for Public Theology* (Rede Global de Teologia Pública – GNPT), no qual atuam conjuntamente institutos de todo o mundo na elaboração continuada da teologia pública. O Centro de Pesquisa Dietrich Bonhoeffer para Teologia Pública, criado em janeiro de 2008 na Universidade de Bamberg, é a base para a GNPT no âmbito de fala alemã. Desde 2007 é publicada a revista *International Journal for Public Theology*, que se tornou o principal fórum para a discussão teológica dessa temática.

Assim, a teologia pública espera dar uma resposta que a opinião pública também possa compreender. Portanto ela não pode ser formulada em retórica teológica interna nem pode simplesmente, ao se confrontar com a situação atual, repetir acriticamente tudo o que o debate secular produz. Pelo contrário, teologia pública deve combinar *um claro perfil teológico* com uma linguagem compreensível para o ambiente público e, conseqüentemente, para discursos seculares. “Dupla linguagem”, ou seja, exercitar e usar simultaneamente linguagem bíblico-teológica e a linguagem da razão secular faz parte do cerne da teologia pública. De forma marcante, Jürgen Habermas desafiou cidadãos secularizados de sociedades pluralistas a também encetar esforços em direção contrária à sua posição.

Cidadãos secularizados, enquanto desempenham sua função de cidadãos, não podem negar às cosmovisões religiosas um determinado potencial de verdade, nem contestar a seus concidadãos crentes o direito de trazer contribuições para o debate público em linguagem religiosa. Uma cultura política liberal pode inclusive esperar de seus cidadãos secularizados que eles participem no empenho de traduzir participações relevantes da linguagem religiosa para uma linguagem acessível ao público em geral.¹³

Com essa defesa em favor da disposição recíproca de cidadãos e cidadãs com características religiosas e seculares de ouvir um/a ao/a outro/a, Habermas deu uma grande contribuição para elevar o debate sociofilosófico para um novo nível.

Além disso, faz parte da teologia pública decisivamente a *interdisciplinaridade*: teologia pública depende do diálogo com a ciência da economia e da política, com a sociologia, com as ciências naturais e com outras disciplinas, se ela realmente

¹² Com relação aos inícios do debate em torno da “teologia pública”, cf. VÖGELE, Wolfgang. *Zivilreligion in der Bundesrepublik Deutschland*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1994. p. 418-425. Desde lá surgiu uma multiplicidade de publicações. Para se ter uma visão geral sobre a situação atual da discussão internacional, cf. STORRAR; MORTON, 2004. Cf. também BEDFORD-STROHM, Heinrich, *Öffentliche Theologie in der Zivilgesellschaft*. In: GABRIEL, Ingeborg (Org.). *Politik und Theologie in Europa: Perspektiven ökumenischer Sozialethik*. Mainz: Grünewald, 2008. p. 340-366; _____. *Vorrang für die Armen. Öffentliche Theologie als Befreiungstheologie für eine demokratische Gesellschaft*. In: NÜSSEL, Friederike (Org.). *Theologische Ethik der Gegenwart: Ein Überblick über zentrale Ansätze und Themen*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009. p. 167-182.

¹³ HABERMAS, Jürgen. *Vorpolitische Grundlagen des demokratischen Rechtsstaates?* In: HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. *Dialektik der Säkularisierung: über Vernunft und Religion*. Mit einem Vorwort herausgegeben von Florian Schuller. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2005. p. 15-36. p. 36.

está interessada em contribuir substancialmente para o debate público. Nesse diálogo interdisciplinar, não importa que teólogos públicos tenham conhecimento amplo de todas as áreas. Isso seria uma exigência demasiada e desastrosa. Mas ter a competência de, com base na reflexão ética, levantar as questões centrais poderá ser uma contribuição importante na elaboração de respostas.

No entanto, teologia pública, sem dúvida alguma, também tem a pretensão, além da crítica fundamental das condições sociais, de apresentar orientações para a política que de fato tornam possível a política. Assim, é perfeitamente possível falar de uma dimensão de *aconselhamento político*, mesmo que a teologia e a igreja não possam desenvolver ou, quem sabe, até propagar elas mesmas os conceitos correspondentes para tal. A teologia da libertação esteve em condições de tematizar o êxodo para a terra prometida sem ter que descrever detalhadamente essa terra prometida. Atualmente teólogos da libertação assumiram, em muitos lugares, postos de responsabilidade política. Na África do Sul, aqueles que outrora lutaram contra o *apartheid* se encontram hoje no dever e na dificuldade de ter e de conseguir moldar o poder. Com isso se altera a questão teológica. Por exemplo, como concretizar de maneira teologicamente responsável a opção pelos pobres a partir de posições de poder? Na necessidade de dar uma resposta a essas questões reside o elemento do aconselhamento político. Incluindo esse elemento em sua reflexão, a teologia pública evidencia-se como teologia da libertação para sociedades democráticas.

No entanto, teologia pública também inclui *crítica profética*. Onde se acentua em demasia o elemento do aconselhamento político, perde-se um elemento fundamental da teologia bíblica: a resistência crítica, como nos é apresentada de forma tão impressionante na tradição profética. Cada crítica não precisa necessariamente apresentar vias alternativas de solução. Ela também poderá ter simplesmente como meta, com a clareza de suas palavras, desafiar para a reflexão. Mas ela não faz desse elemento profético um princípio. Ela não questiona a legitimidade de qualquer poder, mas ela estimula a que se saiba distinguir claramente ambos os lados, também no exercício do poder. Portanto, crítica profética também deve ter como meta atingir soluções viáveis.¹⁴

Crítica profética e aconselhamento político, portanto, não se contradizem, pelo contrário, se complementam, a fim de não sucumbir diante do que existe nem ignorar o que existe. Dietrich Bonhoeffer formulou esse aspecto em sua ética da seguinte forma:

Esse conceito de conformidade com a realidade necessita, no entanto, de uma definição mais precisa. Estaria completa e perigosamente desvirtuado se fosse compreendido como aquela “mentalidade servil diante do fato consumado”, da qual Nietzsche fala,

¹⁴ Esse critério se deve às discussões havidas numa conferência em Pretória, em outubro de 2009. Minha palestra proferida naquela oportunidade “Prophetic Witness and Public Discourse in European Societies” está publicada nos anais da conferência: BEDFORD-STROHM, Heinrich; VILLIERS, Etienne de (Orgs.). *Prophetic Witness. A Mode of Discourse in Democratic Societies?* Münster: LIT, 2011. p. 123-137. (Theology in the Public Square v. 1).

que costuma ceder às pressões fortes, que sanciona, por princípio, o sucesso e escolhe o oportuno como o que está em conformidade com a realidade. “Conformidade com a realidade”, neste sentido, seria o contrário de responsabilidade, ou seja, irresponsabilidade. Contudo, tão pouco como o servilismo diante da facticidade, a contestação, a rebelião por princípio contra o mesmo, em nome de alguma realidade ideal mais elevada, pode constituir o verdadeiro sentido da conformidade com a realidade. Ambos os extremos estão igualmente longe do cerne da questão. Reconhecimento e contestação do factual estão indissolúvelmente ligados na ação que corresponde à realidade¹⁵.

Assim, a qualidade internacional especial do discurso da teologia pública não é pura casualidade no desenvolvimento desse paradigma teológico. Pelo contrário, nisso se evidencia uma característica que caracteriza essa teologia: seu *direcionamento ecumênico*. Em diferentes partes do mundo se desenvolveram teologias públicas que têm na relação com o contexto a sua marca determinante. Essa contextualidade não está em contradição com a universalidade, mas está necessariamente relacionada com a *intercontextualidade*.¹⁶ O momento da universalidade, que surge dessa intercontextualidade, tem em conta o fato de que a contextualização, necessária para a percepção e consideração do contexto específico, permanece relacionada com o horizonte de “uma só fé, um só batismo, um só Deus” (Ef 4.5s).

Assim, pode-se concluir que há seis características que definem o conteúdo do termo teologia pública: 1) O perfil bíblico-teológico; 2) o discurso em dupla linguagem; 3) a interdisciplinaridade; 4) a competência para aconselhamento político; 5) a qualidade profética e 6) a intercontextualidade.¹⁷

Martim Lutero

Contrariamente àquele mal-entendido, entrementes relativamente superado, em relação à doutrina dos dois regimentos de Lutero, o Reformador esteve claramente consciente da força moldadora da fé cristã na política e na economia. Isso fica bem evidente em suas afirmações precisas sobre a ética na economia. Lutero nunca chegaria ao ponto de aceitar sem contestação práticas econômicas que contrariassem a fé. Mesmo que a força motivadora de sua reflexão não tenha sido o aspecto visionário, mas a tentativa de descrever as condições em que a fé pode ser vivenciada em meio a um mundo não liberto, mesmo assim é bem evidente que fazia parte dos pressupostos orientadores para tal o que hoje denominamos de opção preferencial pelos pobres. O

¹⁵ BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009. p.145s; cf. BEDFORD-STROHM, Heinrich. Dietrich Bonhoeffer als öffentlicher Theologe. *Evangelische Theologie*, Gütersloh, v. 69, n. 5, p. 329-341, 2009.

¹⁶ Cf. BEDFORD-STROHM, Heinrich; HÖHNE, Florian; REITMEIER, Tobias (Orgs.). *Contextuality and Intercontextuality in Public Theology* (Proceedings from the Bamberg Conference 23.-25.06.2011). Münster: LIT, 2013. (Theology in the Public Square v. 4).

¹⁷ Eu ampliei as cinco linhas mestras da teologia pública anteriormente desenvolvidas (BEDFORD-STROHM, 2008, p. 346-351), acrescentando aqui o elemento profético e dando maior precisão à quinta linha mestra, na oportunidade denominada dimensão ecumênica, através do termo “intercontextualidade”.

entrelaçamento entre economia e política, bem como a violação do nível mínimo de justiça distributiva, que, nos últimos anos, depois da mais recente crise da economia e dos mercados financeiros, passou a ser um dos temas prediletos da teologia pública, já eram para Lutero temas sobre os quais ele se pronunciara publicamente. Ele afirma sobre o poder de empresas multinacionais como na época dos Fugger:

E como é possível, num procedimento legítimo e conforme a Deus, que um homem fique rico em tão pouco tempo, a ponto de conseguir comprar reis e imperadores? Como, porém, eles conseguiram que todo o mundo fosse obrigado a fazer comércio com risco e perda, ganhando este ano e perdendo no outro, enquanto eles podem ganhar sempre e eternamente, compensando sua perda com lucro acrescido, não será surpresa se daqui a pouco se apoderarem de todos os bens da terra. Pois um centavo certo e eterno é melhor do que um florim incerto e temporal. Agora essas companhias sempre negociam apenas com florins certos e eternos, em troca de nossos centavos incertos e temporais. Quem se admira que eles e se tornem reis, e nós, mendigos?¹⁸

Falta de clareza em posicionamentos públicos, disso Lutero certamente não poderá ser acusado.¹⁹ Com boa razão expressões dessa citação de Lutero foram incluídas em um recente documento muito discutido de teologia pública, ou seja, o pronunciamento da EKD, de 2008, em relação ao empresariado, onde, no item 90, se aborda a discussão em torno do valor apropriado de salários de gestores.²⁰

Felipe Melanchthon

Trago um segundo exemplo de como os Reformadores já abordaram temas de teologia pública, cuja atualidade impressiona. Felipe Melanchthon igualmente se manifesta em relação a questões econômicas, relacionando-as simultaneamente com a questão da coesão social. Segundo Melanchthon, negócios com juros ameaçam a coesão social: “A base bíblica é clara: Deus não se agrada de negócios à base de juros. Isso nós devemos saber e não maquinar quaisquer espertezas, como algumas pessoas fazem, para justificar essa clara aberração dos juros”. Ao lado da referência à Escritura, Melanchthon esclarece a seguir por que sua crítica é plausível para todas as pessoas de boa vontade, bem no sentido do que eu chamo de dupla linguagem:

Além disso, (i.e. a base bíblica) devem ser mencionadas as razões, que cada pessoa com capacidade natural de discernimento tem, por que juros não correspondem à norma de justiça. A razão mais precisa é a seguinte: A sociedade civil (sic!) não subsiste, se, em se tratando de trocas na sociedade, não existir um equilíbrio justo. Pois se uma das partes

¹⁸ LUTERO, Martinho. Comércio e Usura [1524]. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. v. 5, p. 374-428. p. 397s.

¹⁹ Com relação a Lutero como teólogo público, cf. também BEDFORD-STROHM, 2009.

²⁰ RAT DER EVANGELISCHEN KIRCHE IN DEUTSCHLAND, 2008, número 90.

envolvida na troca se esgota, a sociedade necessariamente vai ruir.²¹ Mas, na verdade, em negócios com juros não prevalece a justiça quando aquele que emprestou algo de sua propriedade recebe mais de volta do que era seu. Seu parceiro, ou seja, aquele que tomou emprestado é sobrecarregado com isso até ao esgotamento. Isso prejudica e enfraquece a justiça e a estabilidade social, como mostra a experiência. Onde se permitiram ganhos exagerados com juros, povos inteiros caíram na miséria; eles foram forçados a vender suas filhas e filhos. Não raro todas as propriedades tinham que ser hipotecadas²².

Seja como for avaliado o conteúdo dessas palavras, a proximidade para com as discussões atuais – por exemplo, em torno da globalização – é surpreendente. Como outro exemplo de precursor da teologia pública, que ao mesmo tempo acolhe impulsos significativos da teologia da esperança, seja mencionado Dietrich Bonhoeffer.

Dietrich Bonhoeffer

Em uma passagem de sua *Ética*, que em forma modificada também foi incluída em seu famoso tratado “Nach zehn Jahren” (Após dez anos), Bonhoeffer afirma:

Na fuga do empenho público, um ou outro alcança o asilo de sua *virtude particular*. Não rouba, não mata, não comete adultério e, dentro de suas forças, pratica o bem. Mas, na sua voluntária desistência de presença pública, sabe preservar com precisão os limites permitidos que o protegem do conflito. Dessa forma tem que fechar os olhos e ouvidos para a injustiça ao seu redor. Só pode preservar sua irresponsabilidade particular de maculação por ação responsável no mundo às custas de autoilusão. Com tudo que faz, aquilo que deixa de fazer não lhe permitirá sossego²³.

Essa citação de Bonhoeffer mostra de forma muito precisa por que, para ele, teologia sempre deve ser teologia pública. A desistência de princípio à presença pública está necessariamente vinculada a uma autoilusão. A simples referência ao duplo mandamento do amor basta para mostrar que a aceitação de injustiça, ligada à desistência de presença pública, é uma autoilusão.²⁴

Em Bonhoeffer, a importância inquestionável da realidade pública está determinada decisivamente por sua teologia da reconciliação, a qual lhe proporciona ao mesmo tempo um acesso construtivo ao mundo secular. Porque Cristo reconciliou o

²¹ “Societas civilis non potest esse perpetua, cum non servatur aequalitas in rerum communicatione, nam altera parte exhausta, dissipari societatem necesse est.” (A sociedade civil não pode ser perpétua, caso a igualdade não seja mantida em questões de comunicação/intercâmbio; da mesma forma, se uma das partes é esgotada, necessariamente a sociedade se dissipa.)

²² MELANCHTHON, Philipp. Diss. De contractibus [1545/46]. *Opera, quae supersunt omnia*. Corpus Reformatorum. New York: Johnson Reprint Corp., 1963. v. 16, p. 497. Agradeço a Konrad Fischer pela referência a essa passagem.

²³ BONHOEFFER, 2009, p. 47.

²⁴ BEDFORD-STROHM, 2009.

mundo inteiro (*ton kosmon*), nós só encontraremos a realidade divina, se nos envolvermos inteiramente com a realidade do mundo.

Essa reflexão teológica radical sobre a reconciliação de *todo* mundo em Jesus Cristo leva a que a teologia de Dietrich Bonhoeffer, justamente por estar fundamentada na experiência do sofrimento, seja uma teologia profundamente marcada pela confiança; mais ainda, assim poderíamos dizer, é uma teologia da esperança. No evento de Cristo se evidencia de forma insuperavelmente condensada que o mundo *não* está perdido. A liberdade de um cristão consiste justamente em testemunhar através da própria existência, na política e na economia, em todos os âmbitos da vida humana, que, mesmo em meio aos muitos aspectos negativos que vemos diante de nós ou experimentamos pessoalmente, em última análise se encontra o sim de Deus.

Quatro dimensões do discurso público da igreja

A *dimensão pastoral* do discurso público da igreja torna-se especialmente bem visível no momento em que uma sociedade se encontra diante do desafio de lidar com catástrofes. O fato de que cultos em que se busca encontrar palavras após a ocorrência de tais catástrofes são muito visitados demonstra quão importante é essa dimensão pastoral. Seja a alocução fúnebre de Margot Kässmann por ocasião do sepultamento do goleiro da seleção alemã Robert Enke, que cometera suicídio; sejam as palavras de Nikolaus Schneider após a catástrofe na cidade alemã de Duisburg, quando muitas pessoas morreram em consequência de um pânico provocado durante um show – a igreja e seus representantes têm uma função importante na superação do luto e da desolação em situações limítrofes, que ultrapassam de longe a esfera privada, alcançando dimensões públicas. Ao lado das falas, também o silêncio ou o acender de velas em público desempenham papel importante. Isso nos lembra que o agir público da igreja vai muito mais longe do que o meio da fala consegue expressar.

Mas a dimensão pastoral abrange muito mais do que a ajuda na superação de situações limítrofes. Por exemplo, ela também traz a público as necessidades pessoais daquelas pessoas que são atingidas com reduções de auxílio social. Ela fortalece publicamente aquelas pessoas que estão desesperadas por causa de medidas políticas, sendo, pois, uma forma de poimênica. Mas ela também fortalece aquelas pessoas que têm responsabilidade política e que se veem diariamente confrontadas com situações problemáticas, que também podem assumir dimensões de carga emocional pessoal. Ela as fortalece e lhes dá respaldo, quando elas se veem confrontadas com uma aversão silenciosa contra o mundo político em que prevalece a crítica à distância, alheia ao compromisso, ao invés de uma coparticipação crítica e construtiva. Há momentos em que essa dimensão pastoral do discurso público da igreja deve estar no centro das atenções, permanecendo a disputa pelo caminho correto em segundo plano.

A *dimensão discursiva* do discurso público da igreja, no entanto, passa a ter função central na disputa pelo caminho correto. Ela está no centro das atenções quando, por exemplo, lideranças eclesásticas participam de um debate na TV sobre a participação militar alemã no Afeganistão ou sobre o fornecimento de armas para a

Síria. Ela se torna efetiva no momento em que conciliares, durante o concílio, debatem numa mesa redonda com especialistas de fora sobre mudanças do clima ou sobre ética na política. Discurso público da igreja não acontece apenas no momento em que bispos, pastores presidentes ou presidentes do concílio se manifestam, mas também quando pessoas cristãs se manifestam conscientemente como membros da igreja, independente de sua posição ou função dentro da igreja. No entanto, está fora de discussão que aquelas pessoas que foram incumbidas com uma representação pública da igreja se manifestam de uma forma mais comprometida com a igreja.

A dimensão discursiva do discurso público da igreja é importante porque evidencia publicamente que, numa sociedade pluralista, não é o reconhecimento de questões dogmáticas que determinam o agir público da igreja, mas argumentos plausíveis e inspiração. Menciono conscientemente a inspiração, porque, numa sociedade tão pluralista, não convence apenas o argumento, mas também a paixão, o entusiasmo e a autenticidade.

Sobriedade deve prevalecer no momento em que a *dimensão de aconselhamento político* está no centro das atenções. Ela se evidencia, por exemplo, no trabalho de câmaras da EKD, em que são preparadas importantes manifestações públicas. Aí importa buscar coordenar o mais claramente possível entre si máxima competência de conteúdo com a máxima orientação proveniente do escutar o evangelho. O presidente da câmara social da EKD, na qual eu pessoalmente colaboro há muitos anos, com bons motivos não é teólogo, mas um economista alemão de destaque, professor Gustav Adolf Horn. Além de muitos outros, integram também a câmara o ex-ministro da Economia Peer Steinbrück, mas também o coordenador geral das associações empresariais alemãs, bem como um representante graduado dos sindicatos. Essa composição evidencia quão vazio é o argumento de que a igreja deve abster-se de política e de economia e se concentrar naquelas questões que ela entende. A igreja não são só os teólogos, mas todas as pessoas que creem. Entre essas pessoas encontra-se tamanha competência, de maneira que manifestações públicas da igreja, bem preparadas e fundamentadas, como se encontram, por exemplo, nos memoriais editados, são acolhidas com atenção no âmbito político e sempre de novo resultam em consequências concretas.

Na medida em que a função de aconselhamento político do discurso eclesialístico tem o respaldo de competência de conhecimento, ela também pode tornar-se uma dimensão do discurso público da igreja. Até que ponto um bispo ou uma bispa envereda por essa dimensão de aconselhamento político depende, portanto, principalmente de quanta competência de conhecimento ele ou ela confiam ter em determinado assunto. Onde esse não for o caso, o melhor caminho poderá ser discricção ou inclusive o silêncio.

Isso não vale da mesma forma para a *dimensão profética*, que passo a analisar mais detalhadamente a seguir. A dimensão profética do discurso público da igreja já é por si irrenunciável por ser uma dimensão profundamente bíblica. Para os profetas Amós, Isaías ou Jeremias, o objetivo principal não era o equilíbrio; eles também não tiveram a ideia de consultar especialistas científicos confiáveis antes de falar. Pelo contrário, eles manifestaram uma profunda revolta moral, quando acontecia uma evi-

dente injustiça diante deles; quando atitudes humanas contradiziam visivelmente os mandamentos de Deus; quando os pobres eram explorados e injustiça gritante era ofuscada com espiritualidade e culto. Contra isso eles protestavam, buscando fazer ouvir a voz de Deus: “Aborreço, desprezo as vossas festas e com as vossas assembleias solenes não tenho nenhum prazer. E, ainda que me ofereçais holocaustos e vossas ofertas de manjares, não me agradarei deles, nem atentarei para as ofertas pacíficas de vossos animais cevados. Afasta de mim o estrépito dos teus cânticos, porque não ouvirei as melodias das tuas liras. Antes, corra o juízo como as águas; e a justiça, como ribeiro perene” (Am 5.21-24). Sob diversos aspectos, são as seguintes as condições sob as quais, hoje, o discurso da igreja pode ou, quem sabe, deve ser profético.

Em primeiro lugar, a situação deve ser tão clara que o problema moral seja bem evidente, mesmo que seja difícil avaliar os reais motivos ou as possíveis soluções. Discurso profético, nesse caso, tem a função de apontar para o escândalo moral, buscar chamar atenção para tal e, dessa forma, ajudar para que se façam esforços intensivos para a superação do mesmo.

Em segundo lugar, é importante quem fala. Discurso profético exige autoridade especial, visto que só Ihe é conferido o poder, do qual o próprio discurso depende. Isso pode ser o poder que é conferido pela comunidade à pastora no ato da ordenação e que se expressa numa pregação profética no culto. Mas também pode ser a autoridade que é conferida ao bispo com base na eleição durante o concílio e que é irradiada da melhor forma possível pela pessoa que detém o cargo. Em todo o caso, a dimensão profética do discurso da igreja está mais atrelada à pessoa do que à instituição. Grêmios eclesiais – principalmente numa igreja tradicional majoritária – geralmente são compostos de tal forma plural que se faz necessário um momento especial de inspiração espiritual, um *kairos*, para se chegar, em conjunto, a uma clareza profética. Por isso as comunidades, que se constituem de forma tão plural, ou os grêmios eclesiais dependem tanto mais de pessoas, entre e por elas instituídas de um ministério, que falem às vezes profeticamente uma palavra clara, longe de qualquer compromisso ou ares de superioridade, mas na tradição dos profetas bíblicos.

Em terceiro lugar, o discurso profético da igreja deve limitar-se a situações especiais. Dificilmente se pode planejar a dimensão profética. Diversas pessoas que se achavam falar profeticamente ainda não o conseguiram. Por outro lado, uma manifestação que não se apresenta com postura profética e que possivelmente até foi expedida por um grêmio constituído de forma plural é acolhida pelas pessoas como sendo profética. Por exemplo, o manifesto do Conselho da EKD sobre a crise financeira e econômica “Wie ein Riss in einer hohen Mauer” [“Como um rombo num alto muro”], de 2009.²⁵ Discurso profético perde sua força quando se torna previsível. Isso ocorre quando é usado de forma inflacionada. Para os ouvintes deve permanecer a impressão de que não se trata de expressar em alta voz determinadas preferências políticas, a fim

²⁵ RAT DER EVANGELISCHEN KIRCHE IN DEUTSCHLAND. *Wie ein Riss in einer hohen Mauer*. Wort des Rates der Evangelischen Kirche in Deutschland zur globalen Finanzmarkt- und Wirtschaftskrise. 2. ed. Hannover: EKD, 2009. (EKD-Texte 100). Disponível em: <http://www.ekd.de/EKD-Texte/ekdtext_100.html>. Acesso em: 12 set. 2013.

de aumentar as possibilidades de penetração, mas que se trata de algo espiritualmente angustiante. E eles devem poder entender por que se trata de algo espiritualmente angustiante.

Em quarto lugar, o discurso profético da igreja não pode fechar essa fala, mas precisa abri-la; quem sabe reabrir essa fala. Discurso profético pode chocar. Mas ele se diferencia da ofensa pelo fato de que as pessoas a quem essa fala se dirige podem perceber e sentir a verdade profunda do que é dito. Desgosto com o profeta pode redundar em reflexão e, posteriormente, numa nova disposição para o diálogo. Discurso profético não é descarga de frustração. Num primeiro momento, dependendo da situação, poderá ser profundamente crítico, mas ele tem como meta a construção de algo novo.

Em quinto e último lugar, o discurso profético da igreja requer humildade. É grande o perigo de que a intensidade moral da fala profética leve a uma exaltação própria, sendo que o que fala se encontra moralmente no lado certo, enquanto aqueles que ele critica com sua fala estão moralmente do lado errado. Mesmo que, na situação concreta e diante do assunto concreto específico, isso possa estar certo, de forma alguma isso vale em geral. O profeta sempre precisa estar consciente e ter claro que ele não pode ocupar o espaço do rei, que é igualmente necessário. Traduzindo isso da linguagem do Antigo Testamento para hoje, isso significa que a denúncia de defeitos morais por parte da igreja às vezes se faz necessária, mas não substitui a participação paciente e persistente na ação política do dia a dia. A crítica clara de defeitos morais não pode requerer para si um *status* moral maior do que a participação continuada em soluções concretas, que de fato produzem as mudanças esperadas. Por isso também é importante apontar para o fato de que a ação da igreja na esfera pública não consiste unicamente de discursos, mas também em ações, em especial através da presença cultural, diaconal, educativa e, em sentido bem amplo, cultural.

Púlpito, cátedra e prefeitura – a responsabilidade política da igreja

Eberhard Bethge caracterizou, certa vez, a ética social de seu amigo Dietrich Bonhoeffer com três termos que também poderiam ser considerados como pontos de referência para a teologia pública. Segundo Bethge, cátedra, púlpito e prefeitura tiveram na teologia de Bonhoeffer “sua vinculação indissolúvel”²⁶. Quero aprofundar essa ideia no final.

A cátedra, onde se desenvolve e se ensina teologia pública nas universidades, é uma base de reflexão fundamental para o agir da igreja. Quem fala do púlpito tem reiteradamente se expor à reflexão crítica daquilo que ele anuncia. E essa reflexão tem seu espaço privilegiado nas universidades.

Ao mesmo tempo, a teologia pública não desenvolve sua verdadeira atividade em discursos acadêmicos universitários, mas junto com a igreja no âmbito de uma

²⁶ BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer – Der Mensch und sein Zeugnis. In: BETHGE, Eberhard (Ed.). *Die Mündige Welt*. München: Kaiser, 1956. v. II, p. 92-103. p. 103.

instituição, que não só preservou até hoje ao longo de mais de dois mil anos as fontes das quais a teologia se nutre, mas também apresenta os resultados concretos de sua reflexão ali onde são produzidos. Para tal, a igreja tem condições de recorrer a uma enorme rede universal de comunidades locais que, todas em conjunto, buscam viver no horizonte do reino de Deus. E o que ainda é mais importante: ela não implanta o que a teologia pública elabora apenas nas cabeças das pessoas, mas também nos corações; mais ainda, pela prática da piedade, na profundidade da alma. O caminho da cátedra para o púlpito é de importância fundamental.

Mas se o caminho vai da cátedra para o púlpito, ele não pode deixar de continuar em direção às prefeituras, aos parlamentos, aos centros administrativos. Se nos púlpitos se prega sobre o amor de Deus, isso só pode acontecer de forma autêntica se essa prédica vem acompanhada de um engajamento diaconal convincente, ou seja, a tentativa de testemunhar esse amor de Deus através ações de ajuda. É evidente que também faz parte desse engajamento a diaconia política, ou seja, a tentativa de influenciar as estruturas que têm importância fundamental para as condições de vida das pessoas.

A autenticidade da igreja reside no fato de que ela irradia aquilo sobre o que ela fala. Piedade profunda, testemunho diaconal e engajamento político são, da mesma forma e no mesmo nível, dimensões imprescindíveis dessa autenticidade. Nós precisamos parar, de uma vez por todas, de jogar essas dimensões uma contra a outra. Elas formam uma unidade inseparável.

Referências

- ALTMANN, Walter. A contemporaneidade do Credo, em onze versões atualizadas. In: _____ (Org.). *Nossa fé e suas razões*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 167-184.
- BEDFORD-STROHM, Heinrich. Dietrich Bonhoeffer als öffentlicher Theologe. *Evangelische Theologie*, Gütersloh, v. 69, n. 5, p. 329-341, 2009.
- _____. Öffentliche Theologie in der Zivilgesellschaft. In: GABRIEL, Ingeborg (Org.). *Politik und Theologie in Europa: Perspektiven ökumenischer Sozialethik*. Mainz: Grünewald, 2008. p. 340-366.
- _____. Prophetic Witness and Public Discourse in European Societies. In: BEDFORD-STROHM, Heinrich; VILLIERS, Etienne de (Orgs.). *Prophetic Witness. A Mode of Discourse in Democratic Societies?* Münster: LIT, 2011. p. 123-137. (Theology in the Public Square v. 1).
- _____. Vorrang für die Armen. Öffentliche Theologie als Befreiungstheologie für eine demokratische Gesellschaft. In: NÜSSEL, Friederike (Org.). *Theologische Ethik der Gegenwart: Ein Überblick über zentrale Ansätze und Themen*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009. p. 167-182.
- _____; HÖHNE, Florian; REITMEIER, Tobias (Orgs.). *Contextuality and Intercontextuality in Public Theology*. Proceedings from the Bamberg Conference 23.-25.06.2011. Münster: LIT, 2013. (Theology in the Public Square v. 4).
- BETHGE, Eberhard. Dietrich Bonhoeffer – Der Mensch und sein Zeugnis. In: BETHGE, Eberhard (Ed.). *Die Mündige Welt*. München: Kaiser, 1956. v. II, p. 92-103.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009.
- GRUCHY, John de. From Political to Public Theologies: The Role of Theology in Public Life in South Africa. In: STORRAR, William F.; NORTON, Andrew R. (Orgs.). *Public Theology for the 21st Century*. Essays in Honour of Duncan Forrester. London: T&T Clark, 2004. p. 45-62.

HABERMAS, Jürgen. Vorpolitische Grundlagen des demokratischen Rechtsstaates? In: HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. *Dialektik der Säkularisierung*: über Vernunft und Religion. Mit einem Vorwort herausgegeben von Florian Schuller. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2005. p. 15-36.

HUBER, Wolfgang. Vorwort. In: BIRCH, Bruce C.; RASMUSSEN, Larry L. *Bibel und Ethik im christlichen Leben*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1999. p. 9-12. (Öffentliche Theologie v. 1).

LIENEMANN-PERRIN, Christine; LIENEMANN, Wolfgang (Orgs.). *Kirche und Öffentlichkeit in Transformationsgesellschaften*. Stuttgart: Kohlhammer, 2006.

LUTERO, Martinho. Comércio e Usura [1524]. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. v. 5, p. 374-428.

MARTY, Martin E. Two Kinds of Civil Religion. In: RICHEY, Russell E.; JONES, Donald G. (Orgs.). *American Civil Religion*. New York: Harper & Row, 1974. p. 139-157.

MELANCHTHON, Philipp. Diss. De contractibus [1545/46]. *Corpus Reformatorum* 16,497.

MOLTMANN, Jürgen. *Gott im Projekt der modernen Welt*: Beiträge zur öffentlichen Relevanz der Theologie. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1997.

RAT DER EVANGELISCHEN KIRCHE IN DEUTSCHLAND. *Unternehmerisches Handeln in evangelischer Perspektive*. Eine Denkschrift des Rates der EKD. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2008. Disponível em <http://www.ekd.de/EKD-Texte/unternehmerisches_handeln.html>. Acesso em: 11 set. 2013.

_____. *Wie ein Riss in einer hohen Mauer*. Wort des Rates der Evangelischen Kirche in Deutschland zur globalen Finanzmarkt- und Wirtschaftskrise. 2. ed. Hannover: EKD, 2009. (EKD-Texte 100). Disponível em: <http://www.ekd.de/EKD-Texte/ekdtext_100.html>. Acesso em: 12 set. 2013.

SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil*: Towards a Public Theology Focused on Citizenship. Eugene, Or.: Wipf & Stock, 2012.

SMIT, Dirk J. *Essays in Public Theology*. Stellenbosch: SUN, 2007. (Collected Essays I).

STACKHOUSE, Max L. *Public Theology and Political Economy*: Christian Stewardship in Modern Society. Grand Rapids: Eerdmans, 1987.

THIEMANN, Ronald F. *Constructing a Public Theology*: The Church in a Pluralistic Culture. Louisville, Ky.: Westminster/John Knox, 1991.

VÖGELE, Wolfgang. *Zivilreligion in der Bundesrepublik Deutschland*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1994. p. 418-425.